



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0836/13	DATA: 25/06/2013
INÍCIO: 15h00min	TÉRMINO: 16h46min	DURAÇÃO: 01h46min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h44min	PÁGINAS: 34	QUARTOS: 22

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANGELO FERNANDO PADILHA - Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear — CNEN.
HEITOR SCALAMBRINI - Professor da Universidade Federal de Pernambuco — UFPE e representante da Articulação Antinuclear Brasileira.
RICARDO NICOLL - Diretor-Presidente da Associação dos Fiscais de Energia Nuclear — AFEN.
RENATA CAMARGO - Coordenadora de Políticas Públicas do Greenpeace Brasil.

SUMÁRIO: Debates sobre a legislação e criação da Agência Reguladora do Setor Nuclear.

OBSERVAÇÕES

Houve exibições de imagens.
Há falha na gravação.
Não houve expressa concessão da palavra a alguns oradores.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Boa tarde, amigos. A Comissão do Meio Ambiente tem um orgulho danado em ter a presença de vocês aqui. Nós temos também alegria em fazer uma audiência pública, por um requerimento do Deputado Sarney Filho, sobre a agência reguladora do setor nuclear.

Trata-se de uma discussão que, a esta altura da vida brasileira, parece um pouco fora de propósito, porque a meninada está na rua, com toda a razão. Eu acho que o momento é extremamente importante. Juiu-se muito da inteligência das pessoas. Neste momento acho que todo o mundo quer participar. E isso é bom. O Congresso estava vivendo um isolamento absolutamente desagradável para quem faz política. Então, ainda assim, é preciso que continuemos discutindo os nossos temas, com a perspectiva de que as nossas resoluções encontrem um País mais transparente, mais coadunado com as perspectivas de futuro.

Por dever de ofício, comunico a todos que este evento é transmitido pela Internet. Informo aos palestrantes, Parlamentares e demais presentes que esta Comissão, inovando nesta Casa, promoverá um debate interativo, através do e-*Democracia*, que ainda vai ser regulado pelos nossos brilhantes assessores. Então, você, internauta, que está em casa e quiser participar, saiba que nós temos já equipamentos suficientes para conversar com você. É mais uma forma de transformar a Câmara e seus debates num cenário muito mais amplo.

Antes de chamar os palestrantes, devo dizer que o Deputado Sarney Filho se encontra fora, numa reunião para os assuntos importantes do Maranhão. Lá também não há só *reggae*. A moçada também está na rua no Maranhão. Estão tomando as providências necessárias.

Convido para tomar assento à Mesa os seguintes palestrantes: o Sr. Angelo Fernando Padilha, Presidente da CNEM, Comissão Nacional de Energia Nuclear; a Sra. Renata Camargo, Coordenadora de Políticas Públicas do Greenpeace do Brasil; o Sr. Ricardo Nicoll, Diretor-Presidente da AFEN, Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear — precisamos fiscalizar muito —; o Sr. Heitor Scalabrini, professor da Universidade Federal de Pernambuco — eu ia fazer uma brincadeira: de Pernambuco, falando para o mundo — e representante da Articulação Antinuclear Brasileira.



Cada um dos senhores terá 15 minutos. Aliás, eram 20 minutos. Então, serão 15 minutos com a possibilidade de se chegar a 20.

Eu sei que você deve ter regulado todo o seu tempo, mas é que nós começamos muito tarde. E aqui nós temos uma pressão: ao se abrir a sessão plenária lá, nós temos que desligar aqui.

Peço a todos que assinem um documento autorizando que a Câmara dos Deputados publique suas exposições e utilize suas imagens para transmissão pela Internet e em programas desta Casa. A reunião, portanto, será toda gravada.

Nós precisamos ter uma observação constante deste assunto, mesmo porque, em última análise, as graves consequências das usinas no Japão foram fruto de um apagão. Isto é uma coisa que conhecemos bem no Brasil: apagão.

Então, vamos ouvir o Dr. Angelo Fernando Padilha.

Boa tarde, mestre.

O SR. ANGELO FERNANDO PADILHA - Boa tarde a todos e a todas. Antes de mais nada, quero agradecer o convite, a oportunidade de falar pela Comissão Nacional de Energia Nuclear e cumprimentar os colegas da Mesa.

(Segue-se exibição de imagens.)

Muito bem, a minha apresentação tem o seguinte conteúdo: eu vou fazer uma breve descrição da área nuclear no Brasil; falar um pouco da estrutura atual da Comissão; depois eu vou me deter um pouco mais nas atividades da área regulatória da Comissão e, finalmente, falar da proposta de criação da agência.

Neste eslaide nós vemos os principais marcos da área nuclear. Em razão do tempo, eu vou mencionar apenas eventos mais marcantes. É importante saber que a área nuclear no Brasil tem pouco mais de 60 anos, isto é, a presença do Estado — antes de 1951, nós tínhamos atividades na área, mas nos institutos de pesquisa e nas universidades —, mas a presença do Estado tem cerca de 50 anos. Na década de 50, em 1956, foi criada a Comissão Nacional de Energia Nuclear. Uma data importante é 1984, quando entra em operação o primeiro reator de potência. Atualmente, desde 2010, nós temos o reator Angra III em construção. Um projeto importante de 2012 — um projeto da Comissão — é o Reator Multipropósito Brasileiro, que tem como objetivo tornar o País independente, ou não dependente, da importação de radiofármacos ou de matérias-primas para radiofármacos.



Sobre as principais atividades da área nuclear, é importante destacar que a tecnologia nuclear não envolve apenas a geração de energia. Nós temos a medicina nuclear, que produz radiofármacos — milhões de brasileiros se beneficiam anualmente dos radiofármacos produzidos dentro da Comissão. Nós temos inúmeras aplicações na indústria, na agricultura, no meio ambiente. Nós temos a exploração das reservas de urânio, terras raras. Temos o principal programa na área de defesa, o PROSUB, o programa de propulsão nuclear. Temos o tratamento e o armazenamento de rejeitos radioativos e a proteção radiológica da população.

Então, a geração de energia termelétrica é um aspecto muito importante da área nuclear, mas não é o único.

Este eslaide mostra que as atividades do Programa Nuclear Brasileiro estão distribuídas em vários Ministérios, principalmente no Ministério da Ciência e Tecnologia, onde nós temos a Comissão, temos a INB e a NUCLEP. No Ministério das Minas e Energia, nós temos a ELETRONUCLEAR, responsável pela operação dos reatores de potência. No Ministério da Defesa, temos as atividades do Centro Tecnológico da Marinha. Temos também atividades no Ministério do Meio Ambiente, no Ministério das Relações Exteriores, no Ministério da Educação e no Ministério da Saúde. Ou seja, pelo menos sete Ministérios têm atividades significativas na área nuclear.

A estrutura organizacional atual da Comissão é a seguinte, com três Diretorias: a Diretoria de Gestão Institucional, responsável pela infraestrutura, a Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento, sob a qual estão todos os institutos de pesquisa da Comissão, e a Diretoria de Radioproteção e Segurança Nuclear, que tem como atividades principais o licenciamento e a fiscalização na área nuclear — essa é a Diretoria que deverá ser substituída, digamos assim, pela agência cuja criação estamos discutindo aqui hoje.

Ainda falando sobre a Comissão, vemos neste eslaide que a Comissão se faz presente em 12 cidades, em 14 endereços diferentes.

A Comissão tem hoje cerca de 2.400 servidores. É importante destacar a qualificação desses servidores. Vejam que, com o título de Doutor, nós temos 552 atualmente; com o título de Mestre, 416; com especialização, 2.341. Então, é um corpo técnico de cerca de 2.400 servidores altamente qualificados. Se nós



adicionarmos a eles alunos de pós-graduação, que nós temos mais de 500, e pesquisadores associados, o corpo técnico em torno da CNEN fica em torno de 4 mil pessoas. Enfim, é uma instituição com quase 60 anos e com 4 mil pessoas gravitando ao seu redor.

Os principais projetos, os grandes projetos da CNEN são o Reator Multipropósito Brasileiro, o Laboratório de Fusão Nuclear e a Agência Nacional de Segurança Nuclear, que é o tema desta reunião.

Em seguida, eu vou me deter no tema central desta discussão, que são as atividades da área regulatória da CNEN.

Na área de controle de instalações radioativas, nós temos 2.277 instalações com fontes de radiação ativas ou em licenciamento, no momento. Se nós levarmos em conta as instalações em cadastro, que incluem as inativas, são 4.660. Então, é um número substancial de instalações radioativas para serem licenciadas e fiscalizadas. Portanto, subdividindo-as por área, na médica, vocês veem aí 313 instalações de radioterapia. Vou pular vários itens. São 22 irradiadores de sangue, 445 instalações de medicina nuclear, 12 ciclotrons, 5 adicionais em licenciamento.

Na área industrial, a presença da CNEN também é importante, porque ela tem de licenciar e fiscalizar cinco irradiadores industriais de grande porte, quatro aceleradores industriais, 546 instalações industriais, com 4.426 fontes radioativas, e assim vai.

Vou passar para a área de pesquisa e certificação de pessoal. São 578 instalações e laboratórios em 346 unidades, quatro reatores de pesquisa. Além, disso, 1.722 supervisores de radioproteção são certificados pela Comissão. E nós aplicamos provas anuais, em que temos cerca de 400 candidatos.

Atividades de licenciamento e fiscalização — portanto, áreas de atuação da CNEN na ELETRONUCLEAR —, as Usinas nucleares de Angra 1 e Angra 2; a Usina de Angra 3, em construção; revisão e acompanhamento de medidas pós-Fukushima, que estão sendo implementadas nesses reatores; a revisão periódica de análise de segurança de Angra 2, que está em andamento. Atividades na INB: mineração subterrânea e novas áreas de mineração a céu aberto, em Caetité, na Bahia; ampliação da capacidade de enriquecimento na fábrica de elementos combustíveis de Resende; exploração de urânio, em Santa Quitéria, no Ceará;



descomissionamento da mina de Caldas; descomissionamento da usina em São Paulo. Então, são todas as atividades em que a CNEM atua.

Controle de instalações nucleares.

Próximo eslaide: atividades no centro tecnológico da Marinha em São Paulo. Por exemplo, licenciamento do reator protótipo para propulsão naval; comissionamento e entrada de operação da usina de purificação e conversão de hexafluoreto de urânio; licenciamento de instalações de desenvolvimento de combustível. Atividades no Ministério da Defesa, na Marinha do Brasil, em Itaguaí, no Rio de Janeiro, licenciamento do estaleiro e base naval de submarinos. Outras atividades: licenciamento do Reator Multipropósito Brasileiro; licenciamento do Laboratório de Fusão Nuclear.

Temos também a expansão de atividades, que é a implementação de novos centros de exame em medicina nuclear, de 30 para 90, em 6 anos; novos centros de oncologia; expansão do uso de fontes de radiação na área da indústria; principalmente na indústria petrolífera; e outras áreas em desenvolvimento na parte de regulação e fiscalização. Por exemplo, mineração de minérios com urânio e tório associados — isso é responsabilidade da Comissão também —; rejeitos radioativos provenientes da exploração de petróleo.

Muito bem. Então, todas essas atividades que vimos aí listadas são da área dessa Diretoria de Radioproteção e Segurança da Comissão, que deve vir a ser, na nossa opinião, o núcleo da agência a ser criada.

Eu falar um pouco do corpo técnico dessa Diretoria. No momento, ela tem cerca de 250 servidores, com 73 doutores, 70 mestres, 80 especialistas, atuando principalmente na área técnica, 78% deles, apenas 22% na área administrativa, na área de gestão.

Então, nós vemos que esse corpo técnico de 250 servidores altamente qualificados — e, no nosso entendimento, insubstituíveis no País, pelo menos nós não temos outros para substituí-los, precisam passar em concurso e serem treinados — será o núcleo dessa agência a ser criada.

Esse quadro de pessoal apresenta alguns desafios, porque é uma atividade multidisciplinar, em que nós temos a participação de dezenas de profissionais, que atuam desde a área de projeto até a área de operação.



Outro desafio é a necessidade de adequação quantitativa e qualitativa desse corpo técnico. Esses 250 servidores são claramente insuficientes para o crescimento de atividades na área. Outro agravante é que a idade média dos servidores é elevada, com grande incidência de aposentadorias todos os meses. A aposentadoria especial acentua ainda mais essa agravante. E outra agravante é a inadequação da carreira de ciência e tecnologia para essas pessoas. Na carreira de ciência e tecnologia, um parâmetro importante para a avaliação desses profissionais é a produção de *papers*, de patentes, e na área regulatória a atividade de produção científica, via *papers*, não é uma coisa tão relevante. Então, isso agrava ainda a situação.

Neste eslaide mesmo nós vemos os principais objetivos para a criação dessa agência. Estão listados alguns apenas. Talvez o principal deles seja o primeiro: desvincular as atividades de promoção e fomento das atividades de fiscalização e controle, que é o que acontece hoje no âmbito da CNEN. Adequar a legislação e os instrumentos de atuação estatal à nova realidade, considerando a ampliação dos usos da tecnologia nuclear.

Acentuo que tecnologia energia nuclear não é só geração de energia. Diria que hoje no Brasil a geração de energia é uma parcela minoritária comparada às outras. Buscar maior agilidade e maior atuação do Estado nas atividades dessa área, atender às recomendações da comunidade científica nacional, da Sociedade Brasileira de Física, da sociedade de personalidades acadêmicas, em relação à separação de funções. Isso vem sendo sugerido há mais de 30 anos, eu diria há quase 40 anos. Alinhar-se às práticas internacionais recomendadas, principalmente depois do acidente nuclear de Fukushima. Então, essa separação é ainda mais importante e recomendada ainda mais fortemente depois do acidente. E criar uma instituição com um foco único em segurança nuclear, em licenciamento e em controle.

O próximo eslaide dá a ideia da estrutura organizacional do projeto. Esse projeto foi solicitado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia — na época ainda não era Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Em 2009, foi enviado um primeiro projeto ao Ministério, que encaminhou ao Planejamento. Depois de receber críticas e sugestões, no final de 2011, nós retomamos esse projeto, que foi reanalisado.



Críticas e sugestões foram incorporadas, e essa proposta foi encaminhada novamente ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que, em 2012, encaminhou essa proposta ao Ministério do Planejamento. A estrutura organizacional prevê uma diretoria-geral e quatro diretorias.

A Diretoria de Reatores Nucleares, reatores de potência, os três reatores, Angra 1, 2 e 3, reatores de pesquisas — nós temos quatro em operação.

A Diretoria do Ciclo do Combustível Nuclear. Como todos sabem, o Brasil domina tecnologicamente o ciclo do combustível nuclear, desde a extração de urânio, que acontece lá em Caetité, até a fabricação de elementos combustíveis. Nós só não temos atividades na área de reprocessamento de combustíveis irradiados. Mas todo ciclo do combustível é dominado pelo Brasil, tecnologicamente. Então, são atividades significativas. E, para isso, a Diretoria do Ciclo do Combustível Nuclear.

A Diretoria de Medicina, Indústria e Pesquisa. Nós vimos lá quantas atividades, milhares de atividades nessa área.

E a Diretoria de Rejeitos, de Transporte e de Apoio Técnico. Rejeitos na área nuclear é uma atividade crítica. Isso também todos sabem, enfim.

Mais ainda sobre a proposta dessa diretoria. Ela terá um diretor-presidente e quatro diretores. Esses diretores serão nomeados pelo Presidente da República — tudo isso no projeto —, após a aprovação dos nomes pelo Senado Federal, com mandato de 5 anos, não coincidentes, permitida uma recondução.

Os diretores deverão ser brasileiros, com reputação ilibada, formação universitária, reconhecida capacidade técnica e experiência profissional na área de competência dessa agência.

Os diretores somente perderão o mandato em virtude de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado ou em pena demissória decorrente de processo administrativo e disciplinar.

O meu tempo vai chegando ao fim. Para que vocês tenham uma ideia um pouco mais quantitativa dessa agência, este eslaide mostra, em comparação com outras agências já existentes, que se preveem 570 servidores, sendo que a metade deles seria proveniente da atual Diretoria de Radioproteção e Segurança, que são aqueles técnicos altamente treinados e, na minha opinião, insubstituíveis, que farão



parte inicialmente. Esse corpo técnico deverá com celeridade ser complementado, porque as atividades da área nuclear cresceram exponencialmente nessa última década, e o corpo técnico da Comissão Nacional de Energia Nuclear, em especial na área dessa diretoria, decresce significativamente.

Na proposta do projeto de lei, essa agência estaria vinculada ao MCTI, mas isso está aberto à discussão, assim como todos os outros aspectos. É um órgão de regulação, normatização, licenciamento, controle e fiscalização de atividades na área nuclear.

Sobre a situação atual do projeto, acho que eu já disse o mais importante: que a primeira proposta desse projeto é de 2009, feita pela CNEN. Essa proposta recebeu críticas e sugestões. Foi aperfeiçoada. Incorporou essas sugestões e foi enviada ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, em 2012, que a encaminhou ao Ministério do Planejamento.

Por fim, eu quero dizer que eu acho que esse modelo atual, em que nós temos todas essas atividades dentro da Comissão, é um modelo de sucesso, porque ele propiciou que, dentro desse modelo, o País dominasse o ciclo do combustível.

Então, ele é inequivocamente — eu acho isso indiscutível — um modelo de sucesso, mas é um modelo que já está esgotado. Eu acho que a separação é uma necessidade — uma necessidade urgente. Quero dizer também que o fato de esse modelo estar ainda sendo praticado não quer dizer, de maneira nenhuma, que a área de licenciamento e de fiscalização é trabalhada dentro da CNEN de maneira inadequada, está certo? A CNEN tem quase 60 anos e um histórico de sucesso e de serviços prestados ao País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Angelo, eu queria fazer duas indagações corriqueiras. A primeira: nós que vivemos em avião, para cima e para baixo... As nossas bagagens são bombardeadas ou não?

O SR. ANGELO FERNANDO PADILHA - Olha, eu estou aqui muito bem acompanhado por dois Diretores da Diretoria de Radioproteção e Segurança e vou pedir para o Diretor Dr. Ivan Salati responder essa pergunta.

O SR. IVAN SALATI - Em primeiro lugar, boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Boa tarde.



O SR. IVAN SALATI - Na realidade, elas passam pelos raios-x...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Sim.

O SR. IVAN SALATI - ... para serem examinadas.

Então, é uma radiação ionizante de uma energia mais fraca do que a aplicada em outras áreas — por exemplo, em radioterapia, usam-se radiações mais intensas —, e os raios-x não afetam o material que está sendo analisado.

Existe outra coisa que é a própria viagem de avião, na qual você está em camada mais alta e sofre alguma radiação. Essa pergunta inclusive veio recentemente a nós por parte dos aeroviários. Da consulta que a gente fez, eu não tenho uma resposta completa, mas a informação que eu tenho de outros organismos internacionais e da própria Agência Internacional de Energia Atômica é de que o nível de preocupação só se dá com aquelas rotas que passam pelo Polo Norte, porque o nível de radiação é maior, e as tripulações têm um nível maior de preocupação por isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Então, posso encaminhar a segunda para você?

É o seguinte: e esse processo de irradiação de alimentos?

O SR. IVAN SALATI - Esse processo... Inclusive, a FAO já tem uma legislação que permite e demonstrou que ela pode ser utilizada. Alguns países fazem. O problema é muito mais a questão da própria aceitação e a preocupação com a aceitação, embora tenha sido feita uma quantidade muito grande de testes.

Eu não sei se continua, mas, até um passado recente, a comida... Os astronautas levavam pão irradiado. A irradiação tem a facilidade de conservar o alimento, porque ela mata... Você põe o alimento num recipiente hermeticamente fechado, faz uma irradiação e elimina as bactérias. Então, isso tem sido usado para conservar, por exemplo, esse tipo de alimento para os astronautas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - É. Dizem que o mamão demora mais de uma semana...

O SR. IVAN SALATI - Isso. Um exemplo bastante interessante é a irradiação de mangas. No passado, a Região Nordeste do Brasil, que exporta mangas, fazia a fumigação, que foi proibida, porque uma conclusão do Departamento de Agricultura americano foi a de que essa fumigação deixava resíduos cancerígenos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Sim.

O SR. IVAN SALATI - Hoje o processo... Porque esse tratamento é feito para eliminar principalmente as larvas da mosca-das-frutas, que, normalmente em região onde há fruticultura, é aquele bichinho de desenho que a gente sempre vê dentro das frutas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Fontes de proteína pura, mas ninguém come. *(Risos.)*

O SR. IVAN SALATI - Hoje o que se faz é um tratamento térmico, que prejudica o fruto. Então, alguns países já fazem a irradiação. No Brasil, não, mas alguns países, por exemplo, o México, a Índia... A China usa muito também os irradiadores para a parte de alimentos.

Aqui no Brasil a gente usa mais os irradiadores para esterilização, principalmente de produtos médicos. Por exemplo, seringas descartáveis, se você aquecê-las para esterilizar, vai inutilizá-las. Então, coloca-se em embalagens hermeticamente fechadas, faz-se a irradiação e aí ela está esterilizada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Mas eu quero dizer ao senhor que nós temos aqui informações de que há irradiações de alimentos em São Paulo, Campinas, Jarinu, São José dos Campos, Rio de Janeiro e Manaus, e a sociedade não sabe. Eu não sei. Parece que há vício de origem nessas questões da energia nuclear no Brasil. Não sei se começou com os militares, com o negócio de bomba. Mas a gente precisa saber...

Pois não.

O SR. IVAN SALATI - Em Manaus, foi iniciado um trabalho de experimentação de irradiação de alimentos, inclusive com resultados bastante interessantes. Por exemplo, com a irradiação, os tomates ficavam muito mais tempo de prateleira, porque você eliminava uma série de fatores que contribuem para o apodrecimento do fruto. Só que essa empresa de irradiação em Manaus acabou encerrando suas atividades.

Então, as informações que temos de irradiação são irradiação, por exemplo, de ração, de componentes para cosméticos. Se alguns desses componentes tiverem alguma contaminação podem transmitir alergia ou alguma coisa desse tipo a quem for utilizar a maquiagem.



Alguma coisa é permitida para exportação. Para o consumo interno, não tenho conhecimento de nenhum alimento que seja irradiado e seja colocado no mercado nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Pois não.

Com a palavra o Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Nós sabemos que as usinas de Angra produzem quantidade de lixo radioativo, que vai permanecer durante milhares de anos radioativo. Elas têm produzido constantemente essa quantidade de lixo nuclear, de acordo com seu funcionamento normal, que tem sido depositada nas proximidades, na Praia de Itaorna, em quantidades crescentes. Isso é considerado, ao mesmo tempo, uma solução satisfatória, mas uma solução provisória.

Então, que estudos estão sendo feitos para se lidar com esse problema de forma mais definitiva? Qual é a capacidade, digamos assim, de absorção que têm essas piscinas na Praia de Itaorna? Então, como a Comissão vê o desenvolvimento futuro dessa questão?

O SR. ANGELO FERNANDO PADILHA - Muito obrigado, Deputado, por levantar esse assunto. Esse é um ponto central da tecnologia nuclear, especialmente para geração de energia. Então, esse é um ponto que realmente precisa ser debatido e aprofundado. Eu vou fazer algumas considerações e, em seguida, peço para o meu colega complementá-la.

Durante a operação de um reator de potência, como os reatores de Angra, temos lá uma quantidade grande de lixo radioativo que é gerado. Agora, ele precisa ser classificado. Por exemplo, o combustível irradiado tem de fato uma altíssima atividade e fica lá nas piscinas, ao redor do reator. E ele nem pode ser considerado lixo, na medida em que ele poderá vir a ser reprocessado. Se ele vier a ser reprocessado — alguns países fizeram essa opção —, a gente reduz cerca de 95% do volume, ou ele pode não ser reprocessado. Poucos países tomaram essa decisão e o armazenam. Então, esse é o lixo de rejeito ou até matéria prima — depende se vai reprocessar ou não —, de alta atividade, que fica nas piscinas de Angra.

Depois, há os de média e baixa intensidade: resinas, luvas, chaves, que são de baixa atividade. Em Angra, quem gera mais é o reator Angra 1, muito mais de



tecnologia Westinghouse do que o 2, KWU Siemens. Mas isso não é um volume grande. Então, temos essa classificação.

Com relação ao combustível irradiado, em geral o projeto do reator já supõe uma área nas piscinas suficiente para toda a sua vida, mas, em algum momento, o País vai ter que tomar essa decisão sobre o reprocessamento. Pode até vender. Outro país pode se interessar em comprar esse combustível irradiado e reprocessá-lo, para tirar plutônio, por exemplo. Plutônio pode ser utilizado para fins bélicos mas também como combustível. Muitos reatores nucleares utilizam o plutônio como combustível.

Quanto aos de média e de baixa atividades, esse volume é que vai crescendo e precisa de repositórios definitivos. Precisam ser definidos os locais. Dentro da Comissão, nós temos equipes de pesquisa e desenvolvimento — não nesta Diretoria — trabalhando no projeto desses repositórios, na seleção de local. Então, nós podemos dizer que na Comissão nós temos tecnologia para construir esses repositórios de média e baixa atividades.

Eu pediria ao Diretor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Depois nós vamos ter que segurar um pouquinho aqui porque, daqui a pouco, acenderá a luz e nós teremos que parar, mas nossos outros convidados não falaram.

O SR. IVAN SALATI - Eu queria dizer que, para esse material, o rejeito radioativo, que tem maior volume e que é o rejeito de baixa e média atividades, existem cerca de 70 repositórios no mundo já devidamente funcionando, operando, alguns deles com a capacidade que foi lotada, que foi cerrada. Eles estão sob controle institucional.

Por exemplo, na França, existe em L'Aube um repositório; na Espanha, existe em El Cabril, que são provavelmente modelos que estão sendo seguidos por outros países do mundo. Provavelmente o Brasil deve seguir.

Da nossa parte de segurança, não recebemos até o momento nenhuma solicitação específica para licenciamento de nenhum repositório dentro do País, mas sabemos que existem projetos. Existe um grupo estudando os diversos modelos para, na hora em que for decidida a construção desse repositório, começar esse projeto.



A partir desse momento, eu acredito que não haverá dificuldade no processo de licenciamento de um repositório desses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Vamos ouvir agora o nosso Heitor Scalabrini, Professor da Universidade Federal de Pernambuco.

O SR. HEITOR SCALABRINI - Sr. Presidente da Comissão, é um prazer estar aqui novamente com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - O prazer é meu.

O SR. HEITOR SCALABRINI - Muito obrigado pelo convite para discutir um tema tão relevante. Agradeço ao Deputado Sarney Filho por propor e a toda a Comissão por aprovar que estivéssemos aqui hoje para discutir este tema da criação da Agência Nacional de Segurança Nuclear.

Aqui eu falo em nome da Articulação Antinuclear Brasileira. Sempre ser “anti” alguma coisa torna-se um pouco antipático, mas nós acreditamos que temos as nossas razões.

Como sou “anti”, eu gostaria de discordar já de início do Deputado Penna quando disse que, frente à situação nacional que estamos vivendo hoje, essa reunião seria minimizada, não teria grande importância. O senhor mesmo respondeu: pelo sigilo, pela necessidade de que haja maior democracia, maior participação e para que se abra a caixa-preta dessa discussão no nosso País. O senhor mesmo mencionou a conservação de alimentos através da irradiação, o que é algo que a população não sabe.

Então, esta Comissão tem tudo a ver com o que nós estamos discutindo hoje no País, com as pessoas na rua, sobre a nossa participação; a quebra de sigilo; a falta de transparência que está por trás nessa grande discussão, fundamental para o nosso País, sobre a questão nuclear.

Como representante da Articulação, eu gostaria de nos apresentar brevemente. A meu ver, nós temos razões suficientes para ser “anti”. A Articulação nasceu em 3 de maio de 2010, em uma reunião que houve no Rio de Janeiro, e é integrada por vários indivíduos, por vários movimentos socioambientais e por pesquisadores.

No nosso manifesto de criação, nós declaramos a nossa firme posição contrária à retomada do Programa Nuclear Brasileiro, por várias razões, entre as



quais eu destaco aqui o fato de a energia nuclear ser suja, insegura e cara. O ciclo da energia nuclear, que vai da mineração do urânio ao problema insolúvel, até o momento, da destinação do lixo atômico, é insustentável do ponto de vista social, ambiental e econômico.

A usina nuclear é uma falsa solução para o aquecimento global. Como os reatores não emitem gás carbônico (CO²), no seu funcionamento, que é o principal gás de efeito estufa, os defensores dessa fonte de energia tentam convencer a sociedade de que ela é limpa e segura, mas ela não é limpa de forma alguma, pois, no ciclo de produção do combustível nuclear, que começa na mineração do urânio e termina no descomissionamento das instalações, é mostrado por estudos realizados que existem importantes emissões dos chamados gases de efeito estufa.

Há suficiente produção de energia hoje no País, porém ela está mal distribuída. Atualmente, o consumo se concentra em seis setores da indústria: siderurgia; cimento; papel e celulose; alumínio; petroquímica e ferro-liga, atividades que correspondem a 30% do consumo total de energia gerado no País, e equivale a duas vezes a produção de energia de Angra 2 só o consumo da indústria de alumínio.

Não existe lugar apropriado para confinar o chamado “lixo atômico”, que mais corretamente seriam os resíduos, em nenhuma parte do mundo. Rechaçamos qualquer política energética que ameace as gerações presentes e futuras. O manejo e o transporte das substâncias radioativas pelas precárias estradas e portos brasileiros são inseguros e colocam em risco as cidades vizinhas das rodovias e portos, bem como os moradores dos grandes centros, como Rio e Salvador.

A geração de energia nuclear é cara, e o custo para o encerramento adequado das atividades das usinas é altíssimo, o que torna irracional, em termos financeiros, o investimento nesse tipo de energia. A energia nuclear representa menos de 2% da energia produzida no País hoje, da matriz elétrica brasileira — é um pouco mais se falarmos em energia, não em potência instalada.

Se investíssemos em eficiência energética, seria perfeitamente possível dar fim a essa produção nucleoeleétrica, sem ônus para o contribuinte e para a geração de energia.



Essa energia é perigosa para a humanidade, pois seus subprodutos podem ser usados para produzir bombas atômicas — o caso do plutônio. Cada instalação nuclear é uma ameaça em caso de acidente, atentado ou mesmo guerra.

Não há transparência ou participação popular no acesso às informações sobre o ciclo da energia nuclear, sob o falso argumento do segredo militar, do segredo estratégico, e assim vai. Alimenta-se a desinformação da população sobre um assunto que diz respeito à sua vida e à sua segurança. Os acidentes nucleares de Three Mile Island, Chernobyl e Fukushima revelam que as normas nacionais e internacionais de segurança, no mínimo, não foram cumpridas.

No caso do maior desastre radiológico do mundo, que aconteceu em Goiânia em 1987, 19 gramas de césio foram abandonados irregularmente num hospital desativado e causaram a morte de quatro pessoas, a contaminação direta e indireta de pessoas e geraram mais de 6 mil toneladas de lixo atômico, obviamente de baixa atividade.

A mineração em Caetité é recordista em acidentes e multas ambientais — que não são pagas — na Bahia. Vem contaminando a água no entorno da mina, ameaçando a integridade ambiental, a segurança alimentar e a saúde da população. Há suspeita de ter contaminado também seus trabalhadores.

Nas duas usinas de Angra dos Reis, onde há um histórico de pequenos acidentes e interrupções de funcionamento por problemas técnicos, inclusive com contaminação dos funcionários, não existe um plano sério e crível de evacuação da população em caso de emergência. Está aqui o nobre Deputado, que é do Rio de Janeiro e que poderia contestar ou apoiar essa afirmativa.

Os reatores não sofreram significativas alterações ou inovações tecnológicas que garantam a sua total segurança, continuando a apresentar riscos a manipulação do átomo.

Por essas razões — eu estou apresentando um preâmbulo do nosso manifesto, nós reivindicamos: o fim do Programa Nuclear Brasileiro; o cancelamento da construção de Angra 3 e dos planos de construção de novas usinas no Sudeste e no Nordeste do País; o fim da mineração e o processamento do urânio em todas as suas modalidades; a solução imediata para os danos sociais e ambientais daquelas localidades onde houve exploração do urânio ou instalação de depósito de materiais



radioativos, com justa indenização para os seus habitantes e trabalhadores das usinas; a desativação de Angra 1 e Angra 2; a participação da sociedade civil em todos os processos de tomada de decisão relativos à indústria nuclear e um amplo debate público sobre esse assunto; a criação de um órgão especializado em segurança nuclear e radiológica; o fomento de uma política energética baseada na descentralização da geração, na eficiência energética, na utilização das chamadas fontes limpas, renováveis e socioambientalmente corretas; o reconhecimento público dos direitos dos atingidos direta e indiretamente pela contaminação radioativa, com indenização e assistência integral à saúde; efetiva democratização, transparência e desenvolvimento de um debate público sobre as informações referentes às atividades e... *(Falha na gravação.)*

Nós somos contrários ao projeto de lei de fabricação, em centrífugas, do reator para a propulsão de submarinos e reafirmamos nossa total oposição à exploração de minerais radioativos como urânio, tório e terras-raras.

Com relação à criação da Agência Nacional de Segurança Nuclear, que é o tema deste debate, temos algumas considerações a fazer a respeito. Primeiramente, nós reivindicamos, dentre os pontos apresentados em nosso manifesto, a separação entre licenciamento, fiscalização, operação/fomento e a criação de um órgão especializado em segurança nuclear e radiológica, com a participação efetiva da sociedade civil nesse processo, nas tomadas de decisão relativas à indústria nuclear. Ao mesmo tempo, nós suspeitamos dos reais e dos atuais interesses que movem neste momento a criação dessa Agência, pois a maioria daqueles e daquelas que protelaram a criação desse órgão, chamado hoje de Agência, são os mesmos que a defendem hoje.

Eu gostaria de lembrar aos senhores e senhoras que o funcionamento de uma agência reguladora ou de uma agência de segurança independente para atividades com tecnologia nuclear está prevista desde setembro de 1994, há 19 anos, quando o País assinou o protocolo da Convenção de Segurança Nuclear e o Congresso Nacional ratificou os termos dessa Convenção, que está no Decreto Presidencial nº 2.648, de 1º de julho de 1998. Portanto, reafirmo, há 19 anos!

Eu quero lembrar também que Angra 2 passou 10 anos funcionando com licença provisória, o que reforça e demonstra a total falta de importância e interesse



das autoridades do setor para que o País tivesse um órgão regulatório e, como reza a Convenção assinada, estabelecesse requisitos e regulamentações nacionais de segurança; criasse um sistema de licenciamento para as instalações nucleares e a proibição da operação da instalação nuclear sem uma licença e também criasse um sistema de inspeção regulatória e avaliação das instalações nucleares, para apurar o cumprimento dos regulamentos aplicáveis e dos termos de licença e para apurar o cumprimento dos regulamentos aplicáveis dos termos das licenças, incluindo a suspensão, a modificação e a revogação.

Segundo essa mesma Convenção, assinada pelo Brasil em 1994, cada país deveria assegurar uma efetiva separação entre as funções do órgão regulatório e aquelas de qualquer outro órgão ou organização relacionada com a promoção ou utilização da energia nuclear.

Apesar de ter assinado essa Convenção, no Brasil, em 2001, todas as atividades ficaram concentradas na Comissão Nacional de Energia Nuclear, subordinada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação: licenciamento, fiscalização, fomento, divulgação, pesquisa, enfim.

Portanto, a CNEN, autarquia federal que existe há mais de 50 anos, está em total desrespeito à efetiva separação das funções de um órgão regulatório, pois, além de desenvolver pesquisa e tecnologia, mantém atividades industriais — produção, beneficiamento, enriquecimento — e é responsável pelo planejamento, orientação, normas, regulamentos, supervisão e fiscalização das atividades nucleares no Brasil.

Logo, a criação da Agência e a hora adequada estão no passado, no momento em que o Brasil passou a deter a primeira fonte radioativa. Talvez — digo talvez — o pior acidente radiológico do mundo, com o césio 137 em Goiânia, pudesse ter sido evitado ou mesmo amenizado.

Já que os governantes e os gestores do setor nuclear preferiram que o País ficasse à margem da legislação internacional por décadas e décadas, não podemos, hoje, ser contra a criação da Agência Nacional de Segurança Nuclear se ela, de fato, vier a se encarregar da efetiva fiscalização do uso da energia nuclear no nosso País e se nela houver assentos destinados à participação da sociedade civil em processos de tomada de decisão.



Verificamos que, na apresentação do Prof. Angelo Padilha, quando ele fala da estrutura organizacional, não há essa questão em evidência. Vocês só são os diretores, não há uma participação da sociedade civil na composição dessa Agência.

Numa audiência pública recente que nós tivemos aqui, no dia 22 de maio, em que discutimos a situação da energia nuclear pós-Rio+20, essa discussão foi muito importante. Esta Comissão, realmente, do ponto de vista da participação, tem dado exemplos para a sociedade. Ela tem trazido essa discussão desde 2007 e elaborou este documento de fiscalização nessa reunião do dia 22 de maio. (*Mostra documento.*) A gente pode dizer que são os únicos debates com a sociedade que estão acontecendo nessa área, debates efetivos com os representantes do povo.

A proposta desse projeto de lei do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que se encontra na Casa Civil, deve ser aberta ao debate. Eu tenho aqui o histórico da tramitação desse projeto. Ele está há 1 ano no Ministério do Planejamento, depois dessas idas e vindas para a Comissão Nacional e para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Então, a nossa proposta é que seja aberto à sociedade e que não fique restrito somente a alguns protagonistas da área nuclear, como a CNEN, a ELETRONUCLEAR, as indústrias nucleares brasileiras, a NUCLEP, a Marinha e mesmo o Ministério das Relações Exteriores, que faz essa relação com a Agência Internacional de Energia Atômica e com a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares.

Chega de opacidade! A sociedade brasileira hoje não admite mais falta de transparência, sigilo estratégico. Ela quer participar, e isso é essencial para dar credibilidade a essa agência que vai ser criada. Não aceitamos estar aqui como meros coadjuvantes. A sociedade brasileira e nós, como legítimos representantes de uma parcela dessa sociedade, exigimos participar e interferir nas decisões. Temos a responsabilidade técnica e política. A gente não aceita mais pacotes prontos.

A agência reguladora, a Agência Nacional de Segurança Nuclear, instituição que deve ser multidisciplinar, multiministerial, deve ter como finalidade garantir a segurança das aplicações dessa tecnologia na medicina, na indústria, na pesquisa. Ela deve ser criada por meio de dispositivos legais que garantam a sua



independência e a sua autonomia de atuação, mantendo-se livre das pressões políticas, e deve ter controle social.

E todas as atividades no território nacional devem atender a critérios de segurança e normas dessa Agência, submetidas à sua ação reguladora, licenciadora, financiadora, determinando-se claramente uma hierarquização setorial.

Somos contrários à vinculação ao Ministério de Ciência e Tecnologia, que representa uma subordinação hierárquica. Como sabemos, tanto a CNEN como a INB — Indústrias Nucleares Brasileiras estão vinculadas ao Ministério de Ciência e Tecnologia. Assim, legalmente, estariam no mesmo nível hierárquico dessa Agência. Dessa maneira, não haveria a garantia efetiva de sua independência.

Portanto, para que seja independente, a Agência não pode estar vinculada ao MCT nem a outro Ministério que detenha instalações nucleares, como o Ministério de Minas de Energia. A independência, teoricamente, apenas poderá ser garantida a essa Agência se ela for um órgão da Presidência da República, como acontece nos Estados Unidos, na Argentina e em outros países.

Temos exemplos de sobra das inúmeras mazelas de outros agentes regulatórios em nosso País que sofreram a captura do mercado e também a influência política que levou a escândalos de corrupção e favorecimento. Nem precisamos listar aqui, basta cada um dos senhores verificar nas páginas policiais.

Desde já exigimos que a independência e a autonomia dessa Agência tenham força institucional para cumprir as suas atribuições, que garanta a segurança da população, do trabalhador e do meio ambiente, com a subordinação a ela das inúmeras empresas do setor, como ELETRONUCLEAR, INB, CNEN, e assim por diante. E mais, que funcione sob um rigoroso controle social e popular.

Para nós, o objetivo principal da Agência e de suas competências, conforme preconizado pela Convenção Internacional de Segurança Nuclear, é a desvinculação das atribuições de fiscalização e licenciamento das demais atividades da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Atualmente, há uma convivência ou uma convivência com a promoção de pesquisa, desenvolvimento de tecnologia, prestação de serviço, produção de radioisótopos e assim por diante.

Temos consciência das pressões para o engessamento dessa Agência antes que ela nasça e não desejamos que ela nasça como tantas outras que sucumbiram



e foram capturadas pelo mercado. Os operadores das nucleoeletricas são resistentes ao aperfeiçoamento do sistema de segurança, por causa dos custos que isso pode acarretar. Eles sabem que o aumento de segurança acaba impactando o valor dos custos do quilowatt/hora. Isso pode fazer com que uma usina nuclear, que hoje já não é competitiva com outras formas de energia, torne-se cada vez mais cara, tudo que o operador da área nuclear não quer. O operador, o construtor e aquele que vende o projeto são os efetivos beneficiários dessa insanidade que é a eletricidade nuclear.

Senhoras e senhores, defendemos o uso das fontes renováveis de energia. Denunciamos a pouca importância e mesmo o desprezo com que o Governo brasileiro trata esse tema, recusando-se a participar de organismos internacionais que promovam as fontes renováveis, em particular o sol e o vento, como é o caso da Agência Internacional de Energias Renováveis — IRENA, que foi fundada em junho de 2009 e hoje congrega mais de 115 países-membros, menos o Brasil, e, mais recentemente, do Clube de Renováveis, que foi criado agora, dia 1º de junho último, por iniciativa do governo alemão.

Com fonte abundante, distribuída, gratuita, inesgotável, com um potencial enorme, o Brasil é privilegiado, mas o que se constata é que os planejadores a desprezam completamente. Cabe, portanto, ao Congresso Nacional a aprovação de iniciativas legislativas de regulamentação, de produção, de comercialização e do fomento das energias renováveis, em particular da energia solar.

Defendemos a descentralização da produção e o uso da energia, diminuindo os desperdícios e a emissão de gases que provocam o aquecimento e mudanças climáticas. Na região em que há menos radiação solar incidente no Brasil, é superior a quatro vezes o que acontece na Alemanha, que é líder na produção descentralizada da energia nuclear.

Nós exigimos respeito, reconhecimento da capacidade energética do Sol, que incide sobre todo o Brasil. Exigimos que uma nova política energética seja essencialmente solar, completada pela eólica, ambas descentralizadas, com a participação da comunidade. Com isso o Brasil entrará verdadeiramente no rol dos países que lideram as mudanças que a Terra e o Brasil estão exigindo.



Para finalizar, conclamo a todos os senhores a se posicionarem contra o uso da energia nuclear e se juntarem ao movimento que está nascendo, chamado “Movimento por uma Nova Política Energética”, lançado em maio último, em Brasília, cujo manifesto vou entregar ao Presidente desta Comissão, que foi subscrito por mais de 50 organizações, entidades e pesquisadores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Meu querido amigo Scalabrini, diante do dito, eu sou pró. (*Riso.*)

Essa coisa que ele disse é terrível. Sai um pouco do nosso tema, que é energia nuclear, mas a falta de apetite pelas energias alternativas é demais. Certa feita, como uma lenda, eu estive com o Governo passado numa discussão justamente sobre o pré-sal e disse assim: “*Mas, como é o nome dessa energia?*” Aí alguém disse: “*Eólica*”. “*É essa mesmo. No dia em que não houver vento, eu vou ter que inventar um ventilador?*” Foi um negócio de doido.

Lamento a falta de presença da Casa Civil, que também foi convidada.

Vamos ouvir agora o Sr. Ricardo Nicoll, Diretor-Presidente da Associação dos Fiscais de Energia Nuclear.

O SR. RICARDO NICOLL - Antes da nossa apresentação, corroboro quanto à ausência de alguém da Casa Civil. Gostaria de enfatizar o que foi dito pelo Prof. Padilha e o pelo Prof. Scalabrini: a necessidade da Agência é premente. Mesmo nos bastidores — já conversei com a Renata e com várias pessoas —, eu não vi nenhuma pessoa, nem em Brasília nem no Rio de Janeiro, que fosse contra a sua criação. Essa Agência é uma necessidade, todos sabemos.

O professor pode ser contra uma usina nuclear, e o senhor falou em descomissionamento. Fazer uma usina nuclear é política de governo, não cabe a agência. Agência é para fiscalizar, licenciar. No caso da medicina nuclear, a mesma coisa; estamos com os dois diretores. Pela primeira vez — eu tenho mais de 30 anos de casa — eu sinto a direção da casa favorável à criação da Agência. Então, a criação da Agência tem que existir.

Por que ainda não se mandou isso para o Congresso? Por que o anteprojeto ainda não foi para o Congresso? Esta é a grande questão, porque ninguém sabe. “*Ah, está na Casa Civil*”, por isso eu lamento ela não estar aqui. “*Não, está no*



Planejamento”, mas ninguém tem uma resposta sobre o que aconteceu na Casa Civil. Houve alguma modificação no nosso projeto, quando estava na Casa Civil? Ninguém sabe. E não adianta perguntar ao Prof. Padilha, porque ele também não vai saber.

Para nossa apresentação, eu vou pedir o auxílio de duas pessoas que fazem parte da Agência: o Eduardo Motta e o ex-Presidente, Rogério Gomes. Então, Eduardo, é muito leve. Vamos ver se a gente acelera.

O SR. EDUARDO MOTTA - A apresentação será um pouco repetitiva. Vou tentar passar rápido o que for repetitivo.

A gente dividiu a apresentação em: situação atual; situação almejada — a Agência Nacional de Segurança Nuclear; o histórico da criação dessa agência; as conclusões e a nossa proposta.

(Segue-se exibição de imagens.)

Bom, esse é o resumo dos principais atores do setor nuclear do Governo. A CNEN está ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. A CNEN é a acionista majoritária das indústrias nucleares do Brasil. As indústrias nucleares do Brasil são as responsáveis pelo fornecimento do combustível nuclear à ELETRONUCLEAR, ligada ao sistema ELETROBRAS, ligado ao Ministério de Minas e Energia. No Ministério da Defesa, dentro da Marinha do Brasil, encontra-se o CTMSP, centro de desenvolvimento tecnológico da área nuclear, visando a propulsão nuclear de submarinos.

Esse é o quadro da situação atual das atuações da CNEN. Basicamente, elas se dividem em duas áreas: uma, a área de pesquisa e desenvolvimento; outra, a área de segurança, a Diretoria de Radioproteção e Segurança — DRS.

Dentro da área de desenvolvimento e pesquisa há a produção de radiofármaco. Esse radiofármaco visa atender às necessidades hospitalares. A outra área é de desenvolvimento e pesquisa. Essa área dá suporte aos outros atores da área nuclear.

Na área de segurança, as setas azuis indicam onde as áreas de segurança atuam no licenciamento e fiscalização. Ela faz o licenciamento das indústrias nucleares do Brasil, da ELETRONUCLEAR, do CTMSP e de indústrias que porventura possam irradiar alimentos, tema já discutido, ensaios não destrutivos,



como a gamagrafia, esterilização de componentes, principalmente de itens hospitalares, e outros mais.

Há também indústrias cujo enfoque principal não são elementos nucleares, mas, durante seu processo produtivo, naturalmente, esses elementos são concentrados, são os chamados NORM. Em algumas indústrias de mineração e indústrias de petróleo isso também ocorre.

Então, há uma atuação da área de segurança da CNEN nessas indústrias também.

Na área hospitalar, a atuação é focada na medicina nuclear e na radioterapia. O Raio X hospitalar atualmente é fiscalizado pela ANVISA.

Em todos os atores há o processo de licenciamento, e, nesse processo de licenciamento, documentos de segurança são gerados.

Durante as fiscalizações regulatórias é verificado se o que foi proposto naqueles documentos de segurança está efetivamente sendo efetuado. Caso haja alguma discordância entre a atuação do operador e o que está escrito no documento de segurança, são abertas exigências. Contudo, não ocorre atuação dos operadores. É aberta uma exigência, mas não há um poder coercitivo muito grande para que essas exigências sejam cumpridas. Este é um ponto a ser ressaltado.

Outro ponto é que a DRS, a área de segurança, faz uma autofiscalização dentro dos institutos da CNEN. É um processo de licenciamento análogo ao dos demais operadores da área nuclear. Contudo, ele tem outra denominação, a chamada Certificação dos Institutos de Pesquisa.

Outro cuidado que tem de ser tomado para não haver conflitos de interesses é que quando esses institutos de pesquisa da CNEN estão prestando serviços a algum desses atores, a área de segurança da CNEN não pode utilizar, também, esse mesmo instituto para obter subsídios, por exemplo, laboratoriais. Então, há aí um conflito de interesses a que se deve atentar durante a fiscalização.

Basicamente, este é o cenário atual da atuação da CNEN.

Na situação almejada, haveria a criação da Agência Nacional de Segurança Nuclear. Esta Agência teria o poder de atuação. Quer dizer, as exigências teriam poder coercitivo maior. Além disso, haveria uma carreira específica para essa Agência Nacional de Segurança Nuclear.



Quais são as implicações?

Isso fortalece a atuação no papel de segurança da agência nuclear. A segurança nuclear seria reforçada. O resto do setor nuclear, ligado à área de desenvolvimento e pesquisa, também seria fortalecido, porque não poderia haver esse conflito de interesses entre o órgão prestador de serviço à área de segurança da Comissão Nacional de Energia Nuclear e, ao mesmo tempo, ao operador da área nuclear. Então, todo o setor nuclear seria fortalecido. Além disso, a segurança nuclear seria novamente fortalecida.

Ressaltamos aqui que o enfoque dessa agência não é a regulação de mercado, não é o enfoque de outras agências do Governo. O enfoque dessa agência é a segurança nuclear. Este é o enfoque da agência almejada pela nossa associação.

Bom, eu sou novo na Casa. Então, vou passar a palavra a quem tem mais experiência no histórico.

O SR. ROGÉRIO GOMES - Boa tarde. Incumbiram-me de apresentar o histórico de toda essa participação da criação da agência reguladora, que não é uma coisa nova.

Ela começou em 1977, quando a Sociedade Brasileira de Física questionou a estrutura organizacional da CNEN e apresentou a necessidade de separação do órgão em duas atividades precípuas: uma, de fiscalização e regulação; outra, de pesquisa e desenvolvimento.

Essa questão foi apresentada mais claramente no Relatório Vargas, de 1986, feito por solicitação da Presidência da República, na época do Governo Sarney, quando, novamente no Relatório Vargas, foi suscitada a questão da necessária criação do órgão regulador. Vários outros documentos vêm seguidamente apresentando esse diagnóstico de que para aumentar a segurança da atividade nuclear é necessária a segregação dessas atividades.

Tivemos a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre o Programa Nuclear Paralelo, em 1990; o Relatório da Associação, em 2000; o Relatório Tundisi, que foi um relatório do Ministério da Ciência e Tecnologia, em 2002; o Relatório da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável desta Casa, que entre 2004 e 2006 instituiu um trabalho para fiscalizar a atividade nuclear para entender e



diagnosticar os problemas da atividade nuclear no País; o Relatório da Agência Internacional de Energia Atômica; e uma Ação Civil Pública do Ministério Público Federal.

Até que chegamos a um limite, em 2008, quando houve um movimento, ocasião em que o Poder Executivo criou o Comitê Executivo do Programa Nuclear Brasileiro. Em 2008, o Presidente da República, no caso, o Presidente Lula, bateu o martelo para a necessidade de criação do órgão regulador. Essa foi uma quebra de limites.

A partir dali, muitas personalidades que eram contrárias à criação da agência passaram a ser favoráveis.

Vemos, a partir de 2008, alguns percalços na criação dessa proposta de criação do órgão regulador. Isso finalizou-se no final de 2011 e início de 2012, com a CNEN ficando incumbida da elaboração dessa proposta. Esse anteprojeto foi enviado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, que em maio de 2012 o enviou ao Ministério do Planejamento. Só que, infelizmente, há 1 ano está no Ministério do Planejamento, em alguma gaveta, em algum lugar. E o negócio não anda.

Infelizmente, a Casa Civil não está presente. A Casa Civil é quem define as prioridades do Estado brasileiro. Não há como termos a resposta, o porquê de esse projeto estar engavetado e de não ter vindo ao Congresso Nacional. Afinal de contas já faz 1 ano, não é? E como a gente viu parece que não tem, de público, ninguém que seja contrário à criação da Agência Reguladora.

Nessas questões históricas, a gente observa algumas declarações de algumas figuras políticas científicas e do meio do Direito Ambiental.

Há uma declaração do Senador Pedro Simon, que na época foi o Relator da Lei de Rejeitos Radioativos, no Senado, dizendo o seguinte: *“Jamais se viu tamanha concentração de atribuições e competências na alçada de um único órgão. O projeto conferia à CNEN”* — no caso, o Projeto de Rejeito — *“um cheque em branco, o que é inaceitável. De um lado, porque é temerário, em se tratando de questões de alta periculosidade para a vida em geral, e, de outro, porque é totalmente disforme ao ordenamento jurídico brasileiro. Assim, a CNEN fiscaliza a si própria, ou seja, é a raposa cuidando do galinheiro.”*



Essa observação do Senador Pedro Simon se deu na questão da criação da Lei de Rejeitos, a qual deixa bem claro que cabe à CNEN projetar, licenciar, construir, operar e fiscalizar locais de rejeitos. Então, abrange todas as atividades.

O Prof. Paulo Affonso Leme Machado, que é o autor da bíblia do Direito Ambiental Brasileiro, deixou bem claro, na época da 12ª edição, que a CNEN reunia, e reúne até agora, papéis antagônicos e inconciliáveis, ferindo duas convenções internacionais, que a gente vai falar *a posteriori*, das quais o Brasil é signatário. Ele até questionava qual era o valor ético da assinatura do Governo brasileiro na convenção internacional.

E o Prof. José Goldemberg deixou bem claro, num artigo, de 1983, que “o interesse em promover o uso da energia nuclear leva naturalmente a minimizar os riscos que decorrem do seu uso. Quando as duas atividades têm lugar sobre a mesma autoridade governamental, quem sofre é a segurança nuclear.”

Portanto, já se tem os conceitos da necessidade de separação do órgão regulador. A segurança nuclear não consegue conviver, viver, sobreviver embaixo do mesmo teto que a promoção em desenvolvimento.

Com relação às convenções — e vou ser rápido porque o Prof. Heitor Scalabrini já relatou esse ponto —, a Convenção Internacional de Segurança Nuclear foi assinada pelo Brasil em 1994, em Viena — a Convenção de Combustível Usado e de Rejeito foi assinada em 1997, mas, de qualquer forma, também seguiu o mesmo procedimento —; foi aprovada por decreto legislativo e sancionada pelo Presidente da República em 1998.

No ordenamento jurídico nacional, qualquer convenção internacional aprovada pelo Legislativo e sancionada pelo Presidente da República tem força de lei ordinária. Portanto, a Convenção Internacional de Segurança Nuclear, que aponta a necessária criação de um órgão regulador independente das atividades de fomento e promoção, está dentro da estrutura organizacional da norma jurídica nacional. Até hoje, passados aí mais de uma década, todo o Sistema Nacional de Regulação e Fiscalização da área de radioproteção e segurança está imerso em uma estrutura organizacional ilegal, porque confronta a lei. Logo, a palavra de uma estrutura que confronta a lei é uma estrutura ilegal.



Por fim, a gente tem que aprender algumas lições com os acidentes. E é bom que a gente aprenda a lição não com os nossos acidentes, não é? Que a gente consiga tirar um aprendizado do que aconteceu e do que virá. Isso ficou muito claro no relatório do parlamento japonês, que criou uma comissão independente para analisar a questão de Fukushima. E a posição do relatório dos especialistas com relação ao parlamento foi que o acidente não se limitou apenas a um grande terremoto produzindo um grande *tsunami*. A conclusão foi que houve várias falhas regulatórias, principalmente com relação à independência do órgão regulador, que no caso era a NISA — aquele segundo quadradinho —, que estava abaixo do Ministério da Economia, Indústria e Comércio. O órgão regulador estava abaixo do Ministério que promovia a atividade nuclear, que seria hoje o MCT, que é quem promove a atividade nuclear no Brasil.

E, sobre a NISA, desde o ano 2000 já se tinha conhecimento de que no ano de 839 um terremoto de 8,6 de magnitude tinha acontecido nas redondezas da planície de Sendai, onde fica a Cidade de Fukushima, produzindo um enorme *tsunami* que adentrou até 10 quilômetros. Alguns depósitos arenosos, em 2000, demonstraram que aquilo aconteceu.

Portanto, em relação às bases regulatórias, a agência reguladora japonesa deveria ter mudado as normas do quebra-mar. Você teria um terremoto e um *tsunami*, fatores históricos que deveriam ter sido incorporados aos dados para o projeto desse quebra-mar — e também já se conhecia essa deficiência desde quando houve o *tsunami* da Indonésia, em 2004. Vocês se lembram de que houve 300 mil mortos.

Em função disso, a agência reguladora japonesa foi capturada. Quando a gente fala em captura, é porque o órgão deixa de cumprir as suas obrigações legais e acaba atendendo às obrigações daquele que deveria fiscalizar e regular. O governo japonês promoveu, tirou o órgão regulador debaixo do Ministério da Economia e criou um novo órgão, fazendo a integração de outros órgãos nucleares que a ele estavam vinculados até o ano de 2010, 2011; criou uma nova organização chamada Autoridade Reguladora Nuclear, abaixo do Ministério do Meio Ambiente.

Essa foi uma lição de Fukushima, com a qual a gente tem que aprender, para aplicá-la. Essa é uma das questões por que a agência reguladora, uma vez criada,



se for criada... Sinceramente, eu acho que a Casa Civil não tem mais interesse nisso. O Governo brasileiro não tem interesse. É uma questão a ser analisada da não colocação abaixo do MCT.

Eu finalizei aqui.

O SR. RICARDO NICOLL - Obrigado, Rogério.

A Conclusão, Deputado Penna, é saber por que ainda não foi criada.

A nossa proposta é que ele vá para o Congresso. Não está no Planejamento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Está.

O SR. RICARDO NICOLL - É o que dizem. Então, que ele seja encaminhado ao Congresso. Essa é a nossa proposta. Não tem mais por quê. O senhor conhece alguém que é contra?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Não.

O SR. RICARDO NICOLL - A Renata conhece alguém que é contra?

A SRA. RENATA CAMARGO - Alguém que não veio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Alguém que não veio. *(Risos.)*

O SR. RICARDO NICOLL - Obrigado mais uma vez pela oportunidade.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Vamos ouvir a Renata Camargo, Coordenadora de Políticas Públicas do Greenpeace do Brasil.

A SRA. RENATA CAMARGO - Bom, eu tenho mais uma apresentação em Power Point, que nunca é uma coisa superagradável.

Mas, enfim, primeiro de tudo, eu queria dizer que, em relação a muito do que o Heitor Scalabrini falou, a gente já se sente contemplado. Grande parte do ponto de vista colocado por ele é defendido pelo Greenpeace, desde a defesa do não nuclear — não no uso na medicina e na agricultura, porque isso a gente defende —, mas de usinas nucleares para a produção de energia.

A gente já mostrou cenários distintos de matrizes energéticas que, de acordo com a política energética brasileira, podem ser feitas sem o uso da energia nuclear, que é uma energia extremamente perigosa, do nosso ponto de vista. Eu acho que em relação a esse ponto a gente está bem alinhado.



Em relação também à questão da criação da agência, inclusive sobre as dúvidas que ele coloca, por que certos atores mudaram de posicionamento, acho que é bastante interessante a gente entender um pouco o porquê.

Vou iniciar a apresentação em Power Point, mas vou ser bastante resumida, para no final a gente poder fazer um debate, antes que os Deputados precisem se retirar para a Ordem do Dia.

(Segue-se exibição de imagens.)

Falo um pouco sobre a quantificação dos preços da energia nuclear. Por que ela é uma energia cara? Se a gente faz a comparação com a eólica e a hidrelétrica, que são duas energias factíveis, possíveis e que estão no mercado, a gente vê o quanto a nuclear é cara. Se a gente faz o comparativo com óleo e com gás natural, a gente vai dizer que a energia nuclear não é cara. Mas não é esse o comparativo que a gente precisa fazer, olhando no cenário de uma revolução energética, de uma mudança mesmo da matriz energética.

Não é segura, já foi colocado aqui: questões de acidentes, contaminação da água, dejetos, doenças crônicas, etc.

O Greenpeace tem um estudo, que se chama Ciclo do Perigo, de 2008, que mostrou a contaminação na Usina de Caetité. Foram amostras de água de um poço artesiano a cerca de 8 quilômetros da mina. Então, em um dos estudos a gente indicava limites altíssimos, tanto em relação aos indicadores da OMS quanto aos do CONAMA.

Essa daí é uma das coisas que a gente busca desmistificar, que é a questão da emissão. Foi dito que a energia nuclear não contribui para a emissão de gases do efeito estufa. Esse daí é um estudo de Storm e Smith, de 2005, se eu não me engano, que vai mostrando, no ciclo completo das diversas fontes energéticas, a questão da emissão. A gente vê que a nuclear fica ali no meio — emite menos que gás natural, que óleo combustível e que carvão —, mas ela fica ainda como uma grande fonte emissora, se se comparar com a hidrelétrica, solar, biomassa e eólica. Então, temos opções, sim, de outras energias que não sejam energias que emitam tanto, como a nuclear.

Essa imagem mostra o cenário Revolução Energética, do Greenpeace. A gente está preparando um novo cenário, que deve sair no segundo semestre deste



ano, com a visão de 2050 de como pode ser a nossa matriz energética, especialmente a elétrica — mas, desse novo cenário vai sair a energética também — do ponto de vista das renováveis. Como ela pode ser cada vez mais renovável sem que se tenha fontes sujas? Tanto quanto a nuclear, que, desde a matriz anterior, a gente já prevê que não tenha na matriz elétrica. Então, que não se precise mais de usinas hidrelétricas; que possam ser desativadas as usinas hidrelétricas que temos e que ainda vamos continuar com a segurança energética. Que a gente não precise realmente contar com a nuclear, pelo perigo e por todos os fatores que ela representa. Nós temos alternativas, como a eólica, biomassa, solar, oceânica, inclusive o gás natural, se pensarmos em questão de técnica, que é com quem ela compete, a nuclear.

Vou passar bem rápido por essa parte.

São dois estudos que, no ano passado, a gente pediu, em relação à segurança de Angra 3: um estudo do Prof. Corrêa e outro do Célio Bermann.

Esses dois estudos mostram diversos fatores de insegurança na usina de Angra 3.

É uma usina que ainda está em construção; uma usina que não está em operação; e onde vários riscos são apresentados.

E uma das conclusões do estudo, que é onde eu quero chegar, é a questão da criação da agência, da falta de criação de uma agência independente para fiscalizar a questão da segurança e acompanhar os licenciamentos, as condicionantes, o que cria vários *gaps*, várias falhas nesse processo de segurança na questão de energia nuclear.

Esses estudos mostram Angra 3 sob o ponto de vista de comparativos com Fukushima.

Problemas gerais identificados.

Um deles é que o reator está fora de moda, como foi a linguagem utilizada por eles. Então, os padrões de segurança estão aquém de padrões já estabelecidos. Ou seja, estão velhos os reatores em termos de segurança. Outro ponto que se coloca, e que eu acho bastante interessante, é que para Angra 3 não foram consideradas — são reatores alemães — as questões de relevo e clima. São reatores que consideram, muito do ponto de vista de segurança, o clima temperado e não o



relevo, como é o relevo montanhoso no caso de Angra. Então, isso deixa bastante evidentes falhas no sistema de segurança em relação à usina.

Outro ponto também é a questão das tecnologias. Sabemos que Angra já tem quase 20 anos. Então, a tecnologia está ultrapassada, e a gente ainda está no caminho de construir essas usinas hidrelétricas, sendo que a gente já tem aí sobre a mesa uma série de alternativas. É sempre um pouco estranho.

Bom, vou falar bem rapidamente sobre o que o estudo mostra quanto à questão de terremotos, *tsunamis*, trombas d'água e tornados. Tudo se parece muito infactível pensando do ponto de vista do cenário brasileiro. Fica tudo muito longe da nossa realidade. A gente pensa que realmente não precisa prever esse tipo de coisa quando se pensa numa usina nuclear. Só que é sempre importante lembrar de coisas como o Furacão Catarina, que aconteceu em Santa Catarina, que pegou o Brasil de surpresa. Então, é sempre importante, em questão de segurança, tratando-se de energia nuclear, a necessidade de se prever esse tipo de fenômeno por mais distinto e diferente que se pareça no cenário brasileiro. E o estudo mostra que o projeto de Angra 3 desconsidera esse tipo de fenômeno que pode gerar catástrofes naturais.

Aqui se chega a um ponto que eu quero tratar com um pouco mais de afinco. Essas daqui são só algumas imagens da rodovia que faz o escoamento das pessoas caso haja algum acidente nuclear na região de Angra.

O que a gente vê é que os deslizamentos... No caso de Angra — quem conhece bem a região sabe, e o Sirkis não está aqui, como Deputado da região —, é um local onde sempre chove muito, onde sempre há muitas inundações, muitos deslizamentos e problemas na rodovia.

Essa questão dos deslizamentos e a questão de como é feito o escoamento... O plano de emergência para que as pessoas, em caso de acidente, saiam dali é completamente falho, é completamente baseado em critérios diminuídos, em termos de emergência. Então, como vou mostrar um pouco mais à frente, na questão do escoamento das pessoas, da evasão das pessoas do local, simplesmente poucas pessoas têm esse treinamento. Numa população de algo em torno de 15 mil pessoas, que seria o raio de 5 quilômetros de área necessária para que as pessoas saiam do local em caso de acidente, cerca de 300, segundo o estudo, são realmente



treinadas, têm realmente conhecimento de como fazer, de como atuar nesse sentido.

Só mostrando algumas matérias... Em relação aos critérios mínimos de segurança, deveria haver um sistema de alerta realmente confiável, e o estudo mostra que ele é um sistema de alerta precário. Esse estudo mostrou diversas situações em que as pessoas simplesmente não sabiam o que fazer, e que quando um sinal, por conta de picos de energia, por conta de raio, por conta de outros fatores, acionava o sistema de alerta, as pessoas saíam correndo, sem rumo, sem direção, e mesmo o sistema de ônibus e o de alerta que deveriam funcionar não funcionavam. Então, no caso de um real acidente, não só de um alerta que acontece sem que devesse, as pessoas não saberiam como agir. O plano de evacuação é muito limitado. Essa é uma das coisas que esse estudo também coloca.

As problemáticas das condições de transporte e da rota de fuga. Aqui é a questão da BR Rio-Santos, que já há algum tempo se diz que vai ser duplicada mas não o é. Ela está no PAC 2, mas não saiu do papel. Ela é um plano de fuga que deixa as pessoas entre o mar e a montanha, numa via de mão única, não é pista dupla, e as pessoas só podem ir numa direção, sem que haja um escoamento necessário.

Como elas fariam em caso de um acidente nuclear de alta gravidade, como ocorreu em Fukushima e como o estudo mostra? Não que se tenha probabilidade, espera-se que nunca aconteça, mas, em caso de emergência, de realmente acontecer esse tipo de coisa, a gente teria uma precariedade tanto na condição de transportes quanto na rota de fuga e de plano de emergência, etc.

Essa imagem mostra um pouco a questão da problemática das condições da estrada.

Outro ponto interessante é o raio de proteção. Fukushima trouxe essa lição para a gente. A gente trata, no plano de Angra 3, com o raio de 5 quilômetros. Vou mostrar num gráfico no próximo *slide* que, na verdade, cerca de 185 mil pessoas ficariam de fora de um plano de evacuação se fôssemos pensar do ponto de vista do raio de 20 quilômetros, que foi o raio necessário de evacuação num primeiro momento em Fukushima. Cerca de 185 mil pessoas! Não é qualquer coisa. Só 15



mil pessoas estão nesse raio de 5 quilômetros estabelecido pelo plano de segurança e de emergência. Então, há alguma coisa errada nessa questão.

Essa imagem mostra esse gráfico de que estou falando. O plano prevê de 3 a 5 quilômetros, englobando até 15 mil pessoas nessa região de Angra dos Reis. Só que num raio de 20 quilômetros, que engloba a grande Angra dos Reis e um pouco das comunidades ao redor, fica todo mundo de fora desse plano de emergência. Inclusive, pensando na questão da chuva ácida, essas 15 mil pessoas vão ser mandadas para regiões próximas dali. Ainda há o risco de se haver a chuva ácida no local.

Então, realmente não dá para entender um plano de segurança, um plano de emergência baseado nesses critérios. E um dos pontos de vista que a gente coloca é que, não havendo essa independência de uma agência, de um órgão realmente qualificado para que se faça esse trabalho de análise e fiscalização dessas condicionantes e dos planos de segurança, usinas como Angra 3 estão simplesmente fadadas a serem elefantes brancos.

A conclusão do estudo é de que a cultura de segurança nuclear no Brasil tem sido menos do que adequada. Falta transparência, um ponto muito bem colocado aqui. Há graves conflitos de interesse, o que também foi outro ponto colocado; e há interferências políticas que permeiam todas as agências governamentais e empresas. No caso, a gente coloca muito a questão de a diretoria de segurança estar dentro da CNEM.

O que me leva a refletir neste momento é que há aqui na Mesa vários posicionamentos que se convergem para a necessidade de se criar a agência de segurança.

A minha pergunta: quem está barrando esse processo? A troco de que se está barrando esse processo e por que se está barrando esse processo?

Fica muito claro para mim, quando a gente pensa nessa questão de segurança, que não só as pessoas que estão ali na região correm risco. Aquela é uma região, pensando do ponto de vista um pouco mais amplo, bastante turística, então, há afetados diretos. A gente precisa pensar nisso aí. As questões de segurança nuclear e dos efeitos da radioatividade perpassam gerações, perpassam as pessoas que estão no local.



A quem interessa não criar essa agência? A quem interessa realmente não existirem planos de segurança nuclear transparentes, que são sempre baseados em informações sigilosas às quais a sociedade realmente não tem acesso, e não haver essa clareza de independência dos processos?

Então, essa é uma pergunta que eu coloco.

Eu termino com esta frase do Diretor de Políticas Públicas, que trabalha conosco na organização: *“Depois do legado de acidentes de Goiânia e Fukushima, sem mencionar o trágico episódio de Chernobyl, na Ucrânia, não precisamos de mais vítimas para ter a certeza de que esse caminho não é o caminho a ser seguido. Precisamos é de coragem e ousadia para apostar em uma revolução energética, investindo ainda mais em energias renováveis e aproveitando o enorme potencial brasileiro de fontes de energia eólica, solar, biomassa e oceânica”.*

E eu digo ainda mais: a gente precisa ter a ousadia e a coragem de realmente priorizar questões de segurança neste País. Que elas não fiquem só no papel! Que a gente não só as tire do papel como também mova para frente questões que são tão peculiares para nós.

Só isso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Penna) - Bom, como se avolumaram muitas ações, eu peço desculpas, mas vou ter que encerrar. Primeiro, quero dizer que estiveram presentes os Deputados Alfredo Sirkis, Valdir Colatto, Augusto Carvalho. Muito obrigado pela presença de todos. Hoje aprendemos um pouco mais.

Assumo o compromisso, como Presidente da Comissão, de que iremos fazer uma indagação dura, naturalmente com a aquiescência do Deputado Sarney Filho, autor do requerimento, para que o Ministério do Planejamento responda o mais rápido possível por que motivo ou por que gaveta tão profunda foi parar o órgão fiscalizador, o que é uma aberração. Realmente isso foi comprovado.

Agradecemos muito à nossa amiga do Greenpeace, Dra. Renata Camargo; ao Ricardo Nicoll, ao Ângelo Fernando Padilha e ao Heitor Scalabrini.

Vamos adiante!

Muito obrigado a todos. Tenho que correr, infelizmente. *(Palmas.)*

Está encerrada a reunião.